

Joseph Biden e a América Latina: continuidades e mudanças na agenda de trabalho

Carlos Domínguez Avila [1] e Aldira Duarte Domínguez [2]

[1] Doutor em História e pesquisador-colaborador da Universidade de Brasília (UnB)

[2] Pós-doutora em Integração Regional da América Latina e docente da UnB

Introdução

A vitória eleitoral e a posse de Joseph Biden como 46º presidente dos Estados Unidos, em 20 de janeiro de 2021, despertou muito entusiasmo e altas expectativas em boa parte da sociedade daquele país – que continua sendo a principal potência política, econômica e militar do planeta –, bem como em outras nações do hemisfério ocidental, e do mundo (Biden, 2020). Em contraste com o polarizador e provocador estilo de seu antecessor na Casa Branca, existem boas razões e argumentos para acreditar que o novo governante estadunidense poderá cumprir muitas de suas promessas de campanha, inclusive no que diz respeito às relações hemisféricas, que é o assunto mais importante para os fins do presente ensaio de interpretação. [1]

De partida, entende-se que, desde a década de 1990, a agenda de trabalho hemisférica girou em torno de quatro grandes áreas temáticas: a promoção da democracia e dos direitos humanos, a segurança coletiva, o aprofundamento das relações econômicas – especialmente comerciais e financeiras – e a atenção

aos assuntos sociais e culturais. Mais que modificar essas grandes áreas temáticas da agenda de trabalho, o novo governo estadunidense tentará ajustar e renovar alguns estilos de interlocução e tópicos de trabalho que, a seu modo de ver, poderiam ser aprimorados e enfatizados. Todavia, da formulação e implementação dessa agenda de trabalho participam atores estatais e não-estatais procedentes dos outros 34 Estados soberanos, bem como de numerosas comunidades e até de territórios não-autônomos (Tickner, 2000).

Com efeito, não é possível ignorar, ou desdenhar, as contribuições de certos atores não-estatais, como o empresariado, as sociedades civis organizadas, os movimentos sociais, as instituições religiosas, os meios de comunicação e as organizações dedicadas a atividades ilícitas transnacionais. Outrossim, é importante reconhecer a influência de certas potências extrarregionais com vínculos e interesses no devir das relações hemisféricas – principalmente de União Europeia, Reino Unido, China, Rússia, Japão, Turquia, Irã e a Índia (González et al., 2021).

Nesse contexto geral, o

o presente ensaio de interpretação procura deliberar sobre o devir das relações entre os Estados Unidos de Biden e o conjunto dos países latino-americanos e caribenhos.

Evidentemente, as relações entre a principal potência do continente e do mundo, de um lado, e os países localizados ao sul do rio Brado, de outro, são – e continuarão sendo – assimétricas. As diferenças de poder político-diplomático, econômico e militar entre os Estados do continente americano são claras e notórias. Mesmo assim, e em contraste com a experiência observada durante a administração do presidente Donald Trump, não parece inapropriado, ou incorreto, sustentar o argumento de que a partir da posse de Biden a agenda de trabalho hemisférica poderia, sim, ser aprimorada, ajustada e revisada, procurando-se uma atualização dos temas e um estilo de trabalho mais multilateral, reformista e moderado.

Ao mesmo tempo, e ainda reconhecendo que as prioridades da maioria dos governos latino-americanos estarão concentradas na recuperação pós-pandemia da covid-19, as capitais dos países do sul do continente podem assumir que, doravante, terão na Casa Branca um interlocutor mais ponderado, experiente e confiável. Todavia, o conteúdo dessa agenda de trabalho é oportuno e pertinente ao interior de cada um dos países e sub-regiões do continente (Actis e Malacalza, 2021).

Em termos teórico-metodológicos, o presente artigo

assume as particularidades de um ensaio de interpretação. Igualmente, o texto é influenciado pela teoria pluralista das relações internacionais. Em virtude da natureza do problema-objeto, fontes e referências são basicamente secundárias. A estrutura interna do manuscrito inclui, inicialmente, as quatro grandes áreas temáticas da agenda de trabalho hemisférica mencionadas em parágrafos anteriores, seguida de uma parte sobre relações bilaterais entre Estados Unidos e alguns países do continente, das considerações finais e das referências. O argumento central do manuscrito sugere que a sucessão presidencial nos Estados Unidos se erige em uma importante oportunidade para renovar, dinamizar e elevar o patamar das relações hemisféricas.

A qualidade da democracia nas Américas: um desafio comum

O fortalecimento e a promoção da democracia nos países do continente americano é um tema importante na agenda hemisférica. Acontece que, ao menos desde 2006, o mundo teria ingressado em uma onda de autocratização (Lührmann e Lindberg, 2019). Essa onda de autocratização e de enfraquecimento da qualidade democrática teve graves consequências político-sociais, tanto nos Estados Unidos, quanto em numerosos países latino-americanos. No caso dos Estados Unidos, outrora uma espécie de farol da democracia

ocidental, Levitsky e Ziblatt (2018) têm demonstrado o impacto – negativo – de algumas práticas domésticas impulsionadas durante a administração de Donald Trump. O assunto se tornou ainda mais evidente e explosivo no contexto da campanha eleitoral de novembro de 2020. Na oportunidade, como é de conhecimento geral, Biden resultou eleito presidente – com ampla maioria tanto no voto popular quanto no Colégio Eleitoral. Mesmo assim, dando continuidade a suas polêmicas práticas populistas, o presidente Trump se recusou durante várias semanas a reconhecer a vitória do candidato democrata. Até que, em 6 de janeiro de 2021, houve uma tentativa de invasão do próprio Congresso norte-americano por grupos extremistas simpatizantes do presidente Trump. A posse do 46º presidente dos Estados Unidos foi realizada em circunstâncias excepcionais.

A turbulenta e conflituosa transição de Trump para Biden sugere, entre outras questões, que a qualidade da democracia nos Estados Unidos é um assunto que continua a demandar o esforço e a preocupação de seus cidadãos, da classe política e do mundo acadêmico (Foa e Mounk, 2016). Igualmente, é importante tomar nota de que, mesmo antes da era Trump, a qualidade da democracia em certos países latino-americanos sugeria a persistência de problemas e contradições – eis os casos das irregulares interrupções de mandato presidencial em Honduras (2009), Paraguai (2012), ou Brasil (2015). Como quer que seja, a partir da chegada de Trump ao poder, em 2017, alguns líderes

políticos latino-americanos de orientação liberal-conservadora tentaram emular o governante estadunidense e passaram a implementar políticas de orientação, no mínimo, discutíveis.

Simultaneamente, é importante registrar a persistência de anomalias, contradições e algumas atitudes claramente despóticas em certos governos latino-americanos, principal ente na Venezuela de Nicolás Maduro, ou na Nicarágua de Daniel Ortega – além do peculiar caso do regime de partido único cubano. Observe-se que, alguns destes governos, até tentaram justificar suas preferências políticas sob o argumento da agressão imperialista, ou das pretensões hegemônicas da administração Trump e de outras potências regionais com vínculos e interesses nesses países. Daí que, no meio de uma polarização entre trumpistas e maduristas, houve efetivamente problemas de deterioração da qualidade democrática, especialmente do apoio cidadão ao regime democrático, conforme apontado pelos relatórios do Latinobarómetro (2018), ou de Variedades da Democracia (V-Dem Institute, 2021).

Nesse contexto geral, a posse de Biden na Presidência dos Estados Unidos parece ser, de partida, uma notícia positiva para os atores políticos e sociais comprometidos com a qualidade da democracia no próprio país. Após sofrer pesados ataques do trumpismo e do extremismo interno, o governo de Biden terá, entre suas prioridades, a recomposição do tecido

social e da confiança nas instituições mais básicas da democracia representativa – ou poliarquia (Dahl, 2016) – existente naquele país. No contexto dessa empreitada, e assumindo uma retórica wilsoniana – ou da paz democrática –, é bastante provável que a defesa e a promoção da democracia no hemisfério ocidental passem a ser um tema efetivamente relevante na política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina (Malacalza, 2021).

Ainda que sem o paternalismo, ou a empáfia do passado, uma genuína e proativa contribuição dos Estados Unidos de Biden pode se erigir em respaldo significativo às forças políticas latino-americanas que estão lutando por uma recomposição e/ou um aprofundamento da qualidade da democracia, do republicanismo – no sentido histórico-político e filosófico do conceito –, do respeito pelos direitos humanos, ou da luta contra a corrupção e outras práticas de exclusão político-social (Silva, 2021). Nessa hipótese, uma revalorização dos princípios, normas e procedimentos diretamente relacionados à promoção da democracia no continente é um tema de convergência e de afinidades eletivas entre a nova administração estadunidense e a maioria dos governos e atores político-sociais dos países latino-americanos. Todavia, o trabalho de certas organizações multilaterais – especialmente da Organização dos Estados Americanos (OEA) – poderia ser reconhecido e aprofundado nesse novo marco de

recomposição das relações interamericanas.

Especificamente com relação à OEA, vale registrar que o desempenho pessoal de seu atual secretário-geral, Luis Almagro, mesmo recentemente reeleito pela maioria dos países-membros desse foro hemisférico, foi bastante questionável, ou insuficiente. Acontece que Almagro basicamente assumiu como próprias as diretrizes e prioridades da administração Trump no continente americano – principalmente no persistente questionamento dos regimes comandados pelos presidentes Maduro, Ortega e do boliviano Evo Morales. Não houve, porém, de parte da direção dessa organização multilateral um esforço efetivo e contundente para monitorar, ou pressionar, por uma reforma democratizante em países com governos próximos do então governo republicano – especialmente em termos de luta contra a corrupção, impunidade, ilícitos transnacionais, repressão política, violação de direitos humanos, governabilidade, ou institucionalidade democrática. Destarte, uma persistente avaliação e acompanhamento do trabalho do próprio secretário-geral da OEA são tarefas necessárias neste esforço coletivo para revalorizar a democracia nas Américas.

Em síntese, parece existir um lastro empírico e teórico para sugerir que as relações político-diplomáticas

entre Estados Unidos e a maioria dos países latino-americanos vão colocar a questão da qualidade democrática no centro dos debates e dos processos de tomada de decisão. Sob uma perspectiva acadêmica, essa previsível revalorização da qualidade democrática é importante e significativa – sobretudo, em um contexto global de autocratização que foi favorecido e até aproveitado por setores radicais do antigo governo norte-americano e de seus acólitos em outros países do hemisfério ocidental. Evidentemente, essa pressão externa em favor da democratização nas Américas deverá respeitar certos princípios fundamentais das relações internacionais, especialmente a soberania dos Estados, a autodeterminação dos povos e o reconhecimento dos tratados e das fronteiras.

Destarte, o horizonte de expectativa aberto pela nova administração dos Estados Unidos, bem como das pressões domésticas observadas em muitos dos outros países do continente – inclusive no paradigmático caso canadense –, é convergente com as legítimas aspirações da maioria dos povos das Américas. Não parece errado ponderar que, no futuro próximo, existirá menos tolerância de Washington e de outras capitais do continente – e até de governos de outros continentes, particularmente de países-membros da União Europeia – diante de desmandos despóticos, antirrepublicanos, ou claramente

antidemocráticos. Por via de consequência, em uma época de autocratização global, a defesa firme de princípios e valores político-sociais compartilhados é uma notícia positiva, transcendente e muito relevante na recomposição da agenda de trabalho hemisférica (Malacalza, 2021).

Segurança coletiva nas Américas: revisitando as ameaças tradicionais e emergentes

A convivência em termos de paz e guerra entre a principal potência militar do mundo e os países latino-americanos não foi simples, ou harmônica. Evidentemente, nos últimos 200 anos, houve inúmeras agressões claramente imperiais dos Estados Unidos contra países latino-americanos menos desenvolvidos militarmente (Schultz, 2000). O intervencionismo estadunidense foi particularmente evidente contra países localizados na bacia do Caribe. Todavia, para certa parte da elite política dos Estados Unidos, a região latino-americana simplesmente não era prioritária, ou significativa, na inserção internacional de seu país – especialmente após a Primeira Guerra Mundial. As nações latinas somente eram objeto de preocupação quando pudessem gerar alguma ameaça à segurança estatal da potência do Norte, inclusive pelas relações de certos governos latino-americanos com potências extracontinentais sucessivas mais ou menos adversárias de Washington – eis os casos da França

napoleônica, da Alemanha guilhermina, da União Soviética, ou mais recentemente da China pós-maoísta (Moniz Bandeira, 2005; Trevisan, 2021).

Em contrapartida, boa parte do nacionalismo latino-americano foi construído sob o argumento da resistência contra uma desagradável, arrogante e impertinente penetração hegemônica monroísta, favorecida pela ação, ou pela omissão, de certas classes altas latino-americanas deslumbradas pelo pragmatismo do capitalismo estadunidense. Nesse contexto, e com alguma razão, a resistência popular contra o imperialismo e o neocolonialismo foram constantes no discurso de numerosos intelectuais e governantes latino-americanos ao longo de décadas. Outrossim, para a maioria das elites econômicas, militares e políticas latino-americanas, a identificação mais ou menos direta com as diretrizes e prioridades de Washington era uma forma de reassegurar sua dominação em certos países – eis a denominada doutrina da segurança nacional (Ayerbe, 2002).

Todavia, em termos de segurança e defesa, as relações dos Estados Unidos com os países maiores, mais próximos, ou geradores de ameaças mais ou menos consistentes, foram bastante mais intensas e relevantes. Esse padrão de relações de segurança coletiva experimentou algumas mudanças no início do século XXI, principalmente no contexto dos dramáticos ataques – terroristas – de

11 de setembro de 2001. Nessa linha, cumpre mencionar que, nas primeiras duas décadas deste século, as prioridades de segurança e de defesa nacional dos Estados Unidos ficaram centradas em conflitos no Oriente Médio e no Leste da Ásia. Mutatis mutandis, agora sabemos que um aspecto possivelmente positivo da administração Trump foi sua aversão ao uso maciço e direto das tropas de combate norte-americanas em cenários extracontinentais, em geral, e na América Latina, em particular. Com efeito, para além de algumas ameaças militares mais ou menos consistentes contra o governo da Venezuela, não houve agressão militar direta norte-americana durante os quatro anos da administração Trump – afirmação que não exclui a possibilidade de ações encobertas, ou de ataques cibernéticos, a certos países da região.

Como quer que seja, as assimetrias de poder militar entre os Estados Unidos e os países da América Latina continuam sendo bastante consideráveis (Schenoni e Malamud, 2021). Assim, a agenda de segurança hemisférica que a nova administração dos Estados Unidos encontrou inclui temáticas tradicionais, especialmente: disputas interestatais militarizadas, gestão de fronteiras terrestres e marítimas, equilíbrios sub-regionais, organizações interamericanas de defesa e segurança, indústrias de defesa, transferência de material de emprego militar, construção de mecanismos de confiança recíproca, participação em missões de paz, desarmamento,

não-proliferação de armas de destruição em massa, dentre outros. A agenda de segurança e defesa coletiva também inclui fenômenos emergentes, sobretudo, a questão dos ilícitos transnacionais – narcotráfico e atividades conexas –, as ameaças cibernéticas e o agir de atores não-estatais violentos – /gangues, máfias, guerrilhas, grupos terroristas (Osuna, 2021).[2]

Para os fins deste ensaio de interpretação, um tema efetivamente novo na agenda de segurança coletiva que aparentemente será muito importante durante o governo de Biden tem a ver com a denominada segurança ambiental. Em termos operacionais, o conceito de segurança ambiental se define como “a preservação das condições ecológicas que suportam o desenvolvimento da atividade humana” (David, 2001, p.94). Nesse diapasão, entre as ameaças à segurança ambiental hemisférica e global poderiam ser citadas as seguintes: mudanças climáticas, energia, desmatamento, destruição e extinção das florestas tropicais, processos de desertificação, perda de biodiversidade, ruptura de ecossistemas, uso geopolítico de certos recursos naturais vitais – alimentos, água doce, commodities –, ou poluição de lagos, rios e oceanos, principalmente no que diz respeito ao plástico. Cumpre acrescentar que algumas destas tendências negativas no campo ambiental têm vinculações diretas com a segurança sanitária global – assunto particularmente

relevante no contexto das pandemias globais dos últimos anos: HIV, Sars, Ebola, covid-19 (Svampa, 2021).

O reforço do tema da segurança ambiental impulsionado pelo governo de Biden tem importantes repercussões em vários países latino-americanos e caribenhos – especialmente naqueles que detêm importante estoque de florestas tropicais, ou outros recursos naturais vulneráveis e significativos. Lembre-se de que a questão ambiental hemisférica e global é um tema urgente e relevante. A própria existência da vida humana no planeta pode estar em risco, em função das graves mudanças ambientais provocadas pelo negacionismo, pela civilização, pelo capitalismo, pela empáfia, pelo abuso de poder e pela exploração irracional e desenfreada dos recursos naturais, recursos esses que são limitados – eis tópicos essenciais da assim chamada Era do Antropoceno (Marques, 2016; Andreoni e Londoño, 2021).

Ainda que, por razões de espaço, não seja possível incluir uma discussão aprofundada sobre a questão ambiental nas relações internacionais, é necessário concordar quanto à urgência e relevância deste assunto. Em consequência, fosse pelas convicções do próprio candidato Biden, ou pelas pressões da ala progressista e ambientalista do Partido Democrata – especialmente pelo grupo do ex-vice-presidente e prêmio Nobel da Paz Albert Gore –, o tema ambiental passou a ser um assunto central da

campanha e do novo governo dos Estados Unidos. A bem da verdade, a questão ambiental foi inserida na plataforma do Partido Democrata, no mínimo, desde a aprovação do denominado Green New Deal, na Câmara de Representantes. Assim, desde 2019, a luta contra o aquecimento global, o esforço por reduzir o impacto das mudanças climáticas, a promoção do desenvolvimento sustentável, ou a preservação da biosfera, em geral, passaram a ter grande ressonância interna naquele país.

Ao mesmo tempo, na América Latina e Caribe foi possível verificar ao longo da última década luzes e sombras na agenda ambiental (Abdenur et al, 2020). Os conflitos socioambientais foram particularmente intensos nas regiões tropicais, insulares, litorâneas e subtropicais da região.

Mesmo reconhecendo a aprovação de avançada legislação em favor do meio ambiente e da conscientização cidadã sobre o tema, também foi possível observar tendências negativas no que diz respeito ao desmatamento de florestas tropicais – principalmente na região amazônica e no corredor biológico mesoamericano –, à poluição das águas, solos e do ar, ao uso e abuso de agrotóxicos, à violência contra organizações ambientalistas e contra comunidades locais – especialmente indígenas e quilombolas –, a processos de desertificação e de destruição da biodiversidade – inclusive das reservas de água doce–,

a pressões de poderosos grupos de interesse ligados ao agronegócio e, em geral, a uma massiva, irracional e irresponsável exploração dos recursos naturais do continente.

Em um contexto de interdependência, o tema da segurança ambiental aparece como um elemento fundamental da agenda de trabalho hemisférica. Ainda que, para a maioria das pessoas, o tema possa parecer óbvio e até evidente, o assunto cobra ainda maior urgência em virtude do negacionismo e do interesse direto de certos governos, ou de grupos, dedicados à exploração massiva e irresponsável dos recursos naturais. Daí que situações de cooperação e conflito poderão surgir de forma mais clara e evidente no futuro próximo nas relações entre Washington e os diferentes governos e atores não-estatais latino-americanos e caribenhos. De fato, ainda durante a campanha eleitoral o candidato democrata fez algumas referências especificamente com relação à questão ambiental na floresta amazônica, objeto de acelerado e dramático processo de desmatamento. Essa declaração de Biden acabou sendo prontamente rebatida pelo presidente brasileiro Jair Bolsonaro – um fervoroso admirador da administração Trump (Abdenur et al, 2020).

Evidentemente, antes de questionar as práticas ambientais de outros países, o governo dos Estados Unidos deverá ser bem-sucedido na implementação de políticas mais sustentáveis e eficientes no próprio

país. Sucede que não é possível nem apropriado tolerar um excessivo intervencionismo ambientalista de potências externas. Como quer que seja, é claro, inquestionável e necessário que as sociedades latino-americanas assumam suas responsabilidades na matéria. Os altos e crescentes conflitos socioambientais precisam de soluções nativas e urgentes. Entende-se que, ainda que minoritários, os países latino-americanos são corresponsáveis pelas mudanças climáticas que atingem a própria região, dentre elas: aquecimento, condições climáticas extremas com fortes ondas de calor no verão e frio intenso no inverno, furações, desertificação, enchentes, erosão, poluição ambiental, ou os denominados “refugiados ambientais”.

Inferre-se do anterior que, efetivamente, a segurança ambiental já é um tema significativo na agenda de segurança coletiva nas Américas. Lembre-se que, em última instância, a segurança ambiental está vinculada à própria condição de possibilidade de vida no continente e no mundo – eis a relevância da denominada Cúpula dos Líderes pelo Clima, proposta pelo Biden, e realizada entre 22 e 23 de abril de 2021 (Duchiade, 2021; Mendes, 2021). Destarte, o tema não pode faltar em uma agenda de trabalho hemisférica que seja consequente, efetiva e transcendente (Tulchin e Heather, 2002; Arcanjo, 2021).

As relações econômicas interamericanas: interdependência complexa

As relações econômicas entre os EUA e a maioria dos países latino-americanos continuarão sendo extraordinariamente dinâmicas e significativas durante a administração Biden. De partida, parece importante lembrar que as relações econômicas incluem os fluxos de comércio, o investimento produtivo, as relações financeiras – creditícias bilaterais e multilaterais, inclusive os organismos financeiros internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento –, as comunicações e os transportes, o desenvolvimento científico-tecnológico, os processos e mecanismos de integração regional – com destaque para os acordos de livre-comércio existentes e vigentes entre Estados Unidos e numerosos países latino-americanos –, dentre outros assuntos conexos (Gilpin, 2002).

Também é importante constatar que as relações econômicas hemisféricas são influenciadas pelo processo de globalização, cujas consequências são significativas em termos locais, nacionais e, especificamente, internacionais. Em consequência, a existência de ciclos econômicos de prosperidade e de crise global – inclusive a atual depressão econômica provocada pela pandemia da covid-19 (Svampa, 2021) – pode incidir no devir e na previsibilidade das relações econômicas hemisféricas. Nesse diapasão, parece apropriado lembrar que, desde 2008, houve

turbulência econômica mundial. Igualmente, em certos casos, fatores econômicos podem ser utilizados como instrumentos de pressão política e diplomática – eis as sanções e os embargos comerciais e financeiros dos Estados Unidos contra Cuba, ou Venezuela. O acesso e a gestão de certos recursos naturais considerados estratégicos – com destaque para o petróleo e o gás natural – também podem ser importantes em certos casos.

Atores extrarregionais também incidem nas relações econômicas intrarregionais – especialmente no caso da União Europeia e mais recentemente da China (Trevisan, 2021). Outrossim, a mundialização da produção e a diversificação das cadeias produtivas de valor são fatores significativos no crescimento econômico. Em oposição ao neoliberalismo, vale recordar que, em certos Estados, persiste o esforço pelo desenvolvimento nacional com industrialização e pela diversificação de exportações – tudo isso com repercussões na qualidade da inserção internacional.

Outrossim, a assistência para o desenvolvimento e especialmente as quantiosas remessas financeiras enviadas por migrantes latino-americanos residentes nos Estados Unidos aos seus familiares nos países de origem – isto é, mais de US\$ 90 bilhões em 2020 – merecem ser apontadas no espectro das relações econômicas hemisféricas. Por último, e não menos importante, aparece a questão das consequências econômicas derivadas de atividades

ilícitas impulsionadas por organizações claramente criminosas, ou delitivas – narcotráfico, tráfico de armas, reciclagem de ativos, biopirataria, tráfico de seres humanos (Osuna, 2021).

Nesse contexto, vale tomar nota que, tradicionalmente, os governos do Partido Republicano dos Estados Unidos alentaram, de forma mais consistente, a assinatura de acordos de livre-comércio com os países latino-americanos. A esse respeito, lembre-se que, durante a administração Trump, houve uma renovação do acordo de livre-comércio entre México, Estados Unidos e Canadá – o denominado T-MEC (Rojas, 2021). Onze tratados de livre-comércio existem entre Estados Unidos e países latino-americanos, principalmente com os países centro-americanos, caribenhos e andinos – Chile, Colômbia e Peru. Além disso, o governo dos Estados Unidos concedeu preferências alfandegárias a outros 14 Estados do continente, especialmente caribenhos e sul-americanos.

Outras propostas de liberalização comercial e financeira entre Estados Unidos e países do Mercado Comum do Sul-Mercosul foram apresentadas, porém não avançaram de forma mais intensa em função de pressões protecionistas e nacionalistas tanto nos Estados Unidos quanto em países da América do Sul. Para além das relações entre países americanos, é importante acrescentar que algumas atividades econômicas chinesas também foram monitoradas

e denunciadas por porta-vozes da administração Trump e por alguns clientes e acólitos de Washington em países latino-americanos – o tema da participação da empresa chinesa Huawei na instalação de redes de Internet de 5G pode ser considerado um *test case* nessa matéria (Estenssoro, 2021; Trevisan, 2021).

Segundo estatísticas da Cepal (2019) sobre as tendências de comércio entre os Estados Unidos e 23 países latino-americanos, em 2019, os fluxos totais de comércio superaram os US\$ 535,7 bilhões – com exportações e importações estadunidenses calculadas em US\$ 315,1 bilhões e US\$ 220,6 bilhões, respectivamente. Em geral, o comércio com os países latino-americanos representou, nesse mesmo ano, 21,7% do comércio global dos Estados Unidos. Todavia, México, Brasil, Colômbia e Chile foram os mais importantes parceiros comerciais dos estadunidenses na região latino-americana. Cumpre destacar que, já há algum tempo, o México é um dos mais importantes parceiros comerciais dos Estados Unidos no mundo.

É bastante provável que a agenda econômica da administração Biden se concentre, inicialmente, na reconstrução do próprio país, após a grave crise gerada pela pandemia da covid-19. Nessa ordem de ideias, insistir no pragmatismo econômico-comercial é, talvez, a melhor alternativa para a maioria dos países do continente, que não devem depender de um único fornecedor, ou destinatário, para seus bens e serviços.

Outrossim, seguramente a ala mais à esquerda do Partido Democrata – vinculada aos sindicatos de trabalhadores do denominado “Cinturão da Ferrugem”, ou *Rust Belt* – pressionará o governo de Biden de forma persistente para cobrar o cumprimento de direitos trabalhistas e ambientais em países latino-americanos que gozam de acesso preferencial ao mercado norte-americano.

Finalmente, é pertinente acrescentar que o denominado segmento latino – ou hispânico – dentro do mercado dos Estados Unidos é sumamente importante e relevante para muitos países localizados ao sul do rio Bravo. Representando quase 60 milhões de cidadãos – 18% da população total daquele país – e com um poder de compra estimado em US\$ 1,7 trilhão, esse segmento é particularmente sensível a produtos nostálgicos, artesanato, bens culturais e outros serviços (transporte, comunicações, intermediação financeira) procedentes dos antigos países de origem de seus familiares. Observe-se que as comunidades latinas mais numerosas nos Estados Unidos são de origem mexicana, cubana, dominicana, porto-riquenha, salvadorenha, guatemalteca, colombiana, haitiana, brasileira e venezuelana. Infere-se do exposto que acompanhar o destino dessa comunidade pan-latina dentro dos Estados Unidos mereça um esforço analítico específico.

Evidentemente, as comunidades latinas residentes nos Estados Unidos deverão ser enxergadas basicamente como cidadãos estadunidenses – sem possibilidade de duplas lealdades, ou compromissos nacionalistas. Mesmo assim, em termos socioculturais, econômicos e geopolíticos, os estadunidenses de origem latina continuarão sendo um elemento extremamente relevante e significativo para o restante dos países do continente – lembrando-se, inclusive, das remessas financeiras que esse segmento da população estadunidense envia anualmente para seus familiares nos países de origem, isto é, mais de US\$ 90 bilhões em 2020. Eis um importante tópico da agenda de trabalho que deverá ser desenvolvido pela administração Biden, pelas comunidades latinas dos Estados Unidos e pelos governos e sociedades latino-americanas, em geral.

Os assuntos sociais e culturais da agenda hemisférica

A agenda de trabalho vigente entre Estados Unidos e os países latino-americanos não pode deixar de incluir o tema sociocultural. Cooperação e conflito continuarão sendo observados, principalmente, nas regiões da fronteira México-Estados Unidos, bem como em várias cidades e regiões rurais de ambas as formações sociais e do hemisfério ocidental, em geral. A cooperação internacional para o desenvolvimento, a luta contra a exclusão social – especialmente no

tocante à discriminação racial, de gênero, xenofobias, ou à exploração laboral – e os esforços pela ampliação do desenvolvimento social, certamente, fazem parte desta área temática da agenda de trabalho. Igualmente, questões identitárias, religiosas e linguísticas, os fluxos migratórios mistos Sul-Norte – inclusive as assim chamadas “caravanas”, êxodos ou longas marchas de migrantes de origem centro-americana –, o projeto de construção de um muro na fronteira sudeste dos Estados Unidos e a influência de poderosas indústrias culturais e midiáticas também participam desta categoria.

Infere-se do parágrafo anterior que os tópicos socioculturais podem se tornar espinhosos, quando se coloca em consideração a sobrevivência identitária dos povos – eis um populismo extremista cultivado por setores da extrema direita em países desenvolvidos. Alguns autores tendem a destacar o conflito, a guerra cultural e a fricção interétnica que pode existir entre o “nós” e os “outros” – resultando em um eventual choque de civilizações (Huntington, 1997). Em contrapartida, outros autores sustentam a relevância de se manter um diálogo construtivo e propositivo entre as diferentes civilizações do planeta, especialmente entre as culturas do norte, do centro e do sul do hemisfério ocidental (Tickner, 2000).

A esse respeito, é pertinente ponderar que, após a turbulenta política social e cultural da

administração Trump, o novo governo dos Estados Unidos parece ter uma aproximação mais humanitária e consistente dos problemas e desafios nesta matéria, tanto dentro do próprio país, quanto nas relações com os países latino-americanos. A bem da verdade, é bastante provável que a vitória eleitoral de Biden, em novembro de 2020, fosse alcançada pela mobilização massiva de atores sociais subalternos naquele país – especialmente de mulheres, negros, latinos, pobres, ou indígenas, frequentemente ofendidos pelo antigo mandatário e por seu entorno mais imediato. Nesse sentido, a escolha da senadora Kamala Harris como candidata à vice-presidência se evidenciou positiva, acertada e construtiva. Outrossim, o gabinete ministerial do governo Biden sugere uma preocupação sincera e transcendente com a diversidade social e cultural dos Estados Unidos.

Obviamente, muitos desses desafios observados pela candidatura que levou Biden e Harris à Casa Branca também estão presentes em diferentes graus nos países latino-americanos. Trata-se de persistentes e estruturais abusos aos direitos humanos, sobretudo, contra as comunidades indígenas, quilombolas, ciganas, ou tradicionais; contra a população em situação de miséria e pobreza; contra as mulheres, os negros, a população LGBTQI+ e os imigrantes, apátridas e refugiados. Destarte, importantes paralelismos e interconexões poderiam ser documentados no que diz respeito

à promoção da cidadania civil, social, política e ambiental tanto nos Estados Unidos – e no Canadá –, de um lado, quanto nos países latino-americanos e caribenhos, do outro (Silva, 2021).

Consta que, nos primeiros meses de governo, a administração Biden tem tomado iniciativas orientadas a promover mudanças significativas em certas políticas socioculturais críticas, especialmente no que diz respeito à política migratória, ao direito ao refúgio e à eventual regularização e naturalização de indocumentados – muitos deles de origem latino-americana e caribenha. A polarização étnico-racial e a retórica das guerras culturais frequentemente utilizadas pelo anterior mandatário estão gradualmente sendo superadas, em favor de uma valorização da diversidade cultural e social daquele país. Daí que a moderação e o republicanismo cívico do governo Biden podem acabar sendo um exemplo positivo para outros países e para segmentos subalternos específicos das sociedades latino-americanas e caribenhas (Malamud e Núñez, 2020).

Antes de concluir este apartado, é pertinente acrescentar que os conflitos socioculturais latentes no hemisfério ocidental deverão ser superados pelo diálogo, pela ação coletiva, pelo desenvolvimento humano e pela promoção da cidadania. Paralelamente, os intercâmbios acadêmicos existentes entre universidades estadunidenses e latino-americanas são positivos e construtivos.

Centros de estudos latino-americanos em universidades dos Estados Unidos e centros de estudos dos Estados Unidos em universidades latino-americanas deverão continuar contribuindo para um melhor entendimento entre as partes. Nessa mesma ordem, é importante tomar nota que o inglês é a primeira língua estrangeira estudada na maioria dos países latino-americanos; e o espanhol – junto com o português – tem uma importante demanda no sistema educacional e no mercado de trabalho dos EUA.

Finalmente, é interessante acrescentar que o próprio presidente Biden tem um alto conhecimento pessoal da realidade latino-americana. Observe-se que o atual mandatário foi senador desde o início da década de 1970 e, em muitas oportunidades, trabalhou na questão das relações externas de seu país. Durante a administração de Barack Obama, o então vice-presidente visitou em várias oportunidades os países da região latino-americana. De fato, em algumas delas, Biden chegou a ser considerado como um virtual coordenador da política dos Estados Unidos para a América Latina – com todas as implicações positivas e problemáticas que essa responsabilidade pudesse acarretar. Outrossim, ao convidar muitos ex-funcionários da administração Obama, o atual presidente Biden constituiu uma equipe de especialistas em questões latino-americanas experimentada, profissional e aparentemente sensível com algumas demandas socioculturais

da região. Nessa equipe de Biden, destaca-se o caso do Juan Sebastián González, diretor sênior do Conselho de Segurança Nacional para o Hemisfério Ocidental. Nascido na Colômbia, González é um profundo conhecedor das relações hemisféricas e goza da confiança do mandatário desde a época em que aquele era parte dos assessores do então secretário de Estado Adjunto para Assuntos do Hemisfério Ocidental no Departamento de Estado dos Estados Unidos na administração Obama, Arturo Valenzuela.

Além disso, é sumamente importante para essa nova administração do Partido Democrata, cuidar e atender o voto latino dentro dos Estados Unidos – particularmente em estados como Flórida, Califórnia, Texas, Arizona, Nova York, Nevada, ou Novo México. Esse esforço para manter e reforçar a influência do partido e do governo entre o eleitorado latino passa, também, pela formulação e pela implementação de políticas moderadas, humanistas, compassivas e responsáveis em relação aos povos e aos governos ao sul do Rio Bravo.

Em contrapartida, a maioria dos governos latino-americanos deverá fazer mais e melhor para erradicar a miséria, a fome, ou as discriminações de gênero, raça, e condição social. Algo semelhante deverá ser realizado no que diz respeito à luta contra a corrupção, a impunidade, o autoritarismo e a insegurança individual

e coletiva – isto é, contra a violência social e criminal. O fornecimento de mais e melhores serviços educacionais, sanitários, culturais e sociais, bem como de oportunidades de emprego nos próprios países de origem, são elementos sumamente importantes para eliminar as causas da migração irregular com destino aos Estados Unidos. Claramente, avançar em uma agenda de justiça social é dever e obrigação dos próprios governos latino-americanos (Silva, 2021). Subsidiariamente, o novo governo dos Estados Unidos parece predisposto a ajudar e a contribuir nesse esforço comum de superação e de desenvolvimento social nas Américas.

Relações bilaterais entre países selecionados: diálogos, negócios e construção de consensos

Em termos bilaterais, as relações entre os Estados Unidos de Biden e os países latino-americanos certamente tendem a seguir as regularidades deliberadas nos parágrafos anteriores. Sob a perspectiva de Washington, os países mais urgentes e relevantes na agenda bilateral são os maiores, os mais próximos e aqueles que podem provocar dificuldades, ou ameaças. Nesse contexto, as relações da administração Biden com o México, com os países centro-americanos e caribenhos e com as nações andinas – especialmente Colômbia e Chile – tenderão a ser muito significativas. As relações com a Argentina poderiam ser

favorecidas por convergências ideológicas e pela diplomacia presidencial. Entretanto, as relações com o Brasil poderiam apresentar, aparentemente, algumas divergências pontuais, sobretudo, na questão da segurança ambiental. Destarte, é interessante para os fins deste artigo auscultar brevemente alguns aspectos particularmente significativos no devir das relações entre as potências em questão (González, 2021).

Com efeito, as relações bilaterais dos Estados Unidos com o México são particularmente significativas, densas e complexas (Osuna, 2021). Elas ocupam todas as quatro grandes áreas temáticas mencionadas nas partes anteriores deste ensaio de interpretação. De partida é interessante registrar que o governo mexicano, encabeçado pelo presidente Andrés Manuel López Obrador, a despeito da polêmica do muro na fronteira impulsionado pelo ex-presidente estadunidense, tinha um bom relacionamento com a administração Trump, principalmente no campo econômico – eis a bem-sucedida renovação do acordo de livre-comércio da América do Norte. Nesse diapasão, é plausível que o novo governo estadunidense pressione os mexicanos no campo do respeito aos direitos trabalhistas, à qualidade democrática, à militarização do país e em questões ambientais (Rojas, 2021).

A gestão da fronteira comum, inclusive a espinhosa questão do uso das águas de rios internacionais, também é um assunto muito relevante

em ambas as capitais – bem como para atores subnacionais e para atores não-estatais. Observe-se que o México foi recentemente eleito para participar como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em consequência, algumas iniciativas mexicanas serão relevantes em termos de paz, de cooperação, de conflito e de guerra no mundo. O governo mexicano detém ainda a presidência rotativa da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Essa proeminência político-diplomática dos mexicanos poderia incidir positivamente no encaminhamento de questões urgentes para Washington, em especial o tema venezuelano, cubano, migratório e na luta contra ilícitos transnacionais. Evidentemente, a administração Biden poderá acompanhar com muito cuidado a sucessão presidencial mexicana, prevista para 2024. Salvo melhor interpretação, uma candidatura moderada, por exemplo, do atual chanceler Marcelo Ebrard, poderia ser uma excelente alternativa para o devir das relações bilaterais.

Na América Central, o governo de Biden apresenta afinidades eletivas muito consistentes com suas contrapartes na Costa Rica e no Panamá. A Costa Rica é um excelente exemplo de responsabilidade político-diplomática, ambiental, econômico-comercial e sociocultural. Washington e San José poderiam trabalhar conjuntamente para avançar em uma agenda propositiva com desdobramentos para outros países dessa sub-região.

As relações dos EUA com os países do denominado Triângulo Norte – isto é, Guatemala, El Salvador e Honduras

– tendem a ser um tanto mais problemáticas, sobretudo, pela falta de integridade administrativa, impunidade, desmandos ambientais, repressão social, autoritarismo, violência comum e constantes denúncias de corrupção de seus governantes, alguns deles antigos aliados e clientes da administração Trump. Esses problemas internos nos países do Triângulo Norte acabam impulsionado fluxos migratórios mistos – ou Caravanas – que procuram novos horizontes nos EUA. É bastante provável que o novo governo dos EUA – pressionado pelas alas mais progressistas do próprio Partido Democrata – demande maior responsabilidade política, social, ambiental e cultural desses governos centro-americanos. A alta dependência das remessas financeiras procedentes dos familiares nos EUA e a cooperação internacional para o desenvolvimento podem ser importantes instrumentos de pressão de Washington nas relações bilaterais com o referido agrupamento.

No caso da Nicarágua, é apropriado acrescentar a necessidade de monitorar o desempenho do presidente Daniel Ortega e, quando necessário, questionar as tentações continuistas e personalistas. Lembre-se que essa nação tem programadas eleições gerais para novembro de 2021. No momento, os dirigentes da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) parecem se encaimhar para uma vitória simples. Todavia, é pertinente lembrar que os EUA, os países centro-americanos e a República Dominicana participam de um tratado de livre-comércio específico, com resultados significativos, ainda que não isentos de

questionamentos, especialmente em matéria de direitos trabalhistas – sobretudo de gênero – e socioambientais.

No arquipélago das Caraíbas, Washington parece encontrar convergências e divergências bastante amplas. Em geral, os países dessa sub-região há muito tempo demandam a adoção de medidas e de ações ambientais hemisféricas e globais mais enérgicas. Muitas dessas ilhas-Estados são particularmente vulneráveis ao aquecimento, às mudanças climáticas, à poluição dos oceanos e a fenômenos naturais – especialmente furacões. Daí que, em geral, a rigorosa agenda ambiental impulsionada pela administração Biden seguramente será bem-recebida. Igualmente, no campo político-diplomático existem afinidades eletivas entre Washington e a maioria das ilhas – bem como no caso de Belize e das Guianas –, em razão de tradições de governo que remontam ao período colonial britânico na região. Parece pertinente acrescentar a persistência de algumas pressões em termos de libertação anticolonial, assim como a resolução da questão porto-riquenha – que inclui a possível incorporação desse território à federação estadunidense, tornando-se o 51º Estado. As recentes tensões políticas e sociais no Haiti também merecem um acompanhamento da diplomacia norte-americana nessa região.

Todavia, a recomposição das relações entre Washington e Havana certamente se erige em um desafio mais complexo e multifacetado.

De partida, parece pertinente lembrar que ambos os países compartilham uma fronteira marítima extensa. A persistência do embargo, ou bloqueio comercial, imposto pela administração Dwight Eisenhower a Cuba, no início da década de 1960, ainda provoca complicações no campo econômico entre Havana e terceiros países. Algo semelhante acontece com a contraditória presença de uma base militar norte-americana encravada no extremo-leste do território cubano – isto é, em Guantánamo. A numerosa e influente comunidade cubano-estadunidense, que normalmente vota no Partido Republicano – sobretudo, no estratégico Estado da Flórida –, é um elemento adicional que não pode ser ignorado por ambas as capitais e sociedades.

Em consequência, uma aproximação entre o governo de Biden e a elite revolucionária cubana – teoricamente encabeçada pelo presidente Miguel Díaz-Canel – será possível e até desejável, desde que Washington diminua a pressão econômica, político-diplomática e militar contra a ilha caribenha, e o governo de Havana modere a repressão interna, garanta o exercício dos direitos humanos – inclusive da livre expressão dos artistas e intelectuais – e liberte todos os presos políticos que possam existir. Nessas circunstâncias, uma gradual retomada do processo de normalização das relações bilaterais não pode ser descartada.

As relações entre Washington e os países andinos também são altamente relevantes e significativas. A Colômbia de Iván Duque – um político com forte influência ideológica na direita uribista e trumpista – é especialmente estratégica para Washington. Observe-se que o então senador Joseph Biden foi um dos articuladores do Plano Colômbia, que durante as administrações de William Clinton e George Bush filho despejaram mais de US\$ 1,3 bilhão nos esforços dos governos de Andrés Pastrana e de Álvaro Uribe para reprimir a produção de entorpecentes e na luta antissubversiva. Durante a administração de Obama, houve avanços políticos e sociais que resultaram na assinatura de um importante acordo de paz entre o governo de Juan Manuel Santos e o comando da então guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

Atualmente, as relações bilaterais entre Estados Unidos e Colômbia continuam sendo precedidas de luzes e sombras. A produção de entorpecentes naquele país é bastante alta – e crescente. O processo de pacificação e de reconciliação nacional parece ter entrado em um momento de estagnação. Outrossim, nos últimos três anos, a Colômbia recebeu mais de dois milhões de migrantes venezuelanos, que fugiram da difícil situação política, econômica e social em seu país de origem. Nesse diapasão, é bastante provável que o governo de Biden pressione o regime de Duque para manter e incrementar a luta contra o narcotráfico, contribua para acelerar o processo de pacificação

e reconciliação nacional – que poderia incluir também o ainda ativo Exército de Libertação Nacional (ELN) – e mantenha o apoio financeiro e humanitário aos refugiados venezuelanos naquele país. Todavia, é bastante plausível que o novo governo dos Estados Unidos demande de Bogotá um melhor desempenho em termos de proteção dos direitos humanos – inclusive de repressão dos desmandos e abusos cometidos contra a população civil por membros das forças armadas e de segurança pública –, de preservação da floresta amazônica e de outros ecossistemas, bem como de avanços no campo da qualidade democrática no país (Ardila, 2021).

A Venezuela de Nicolás Maduro também é um desafio bastante complexo para o governo de Biden. A qualidade democrática venezuelana desabou nos últimos cinco anos (V-Dem, 2021). Atualmente, muitos analistas consideram que esse importante país não poderia ser mais considerado como uma nação com governo de orientação democrática – sobretudo, após as polêmicas eleições parlamentares de dezembro de 2020, que resultaram em uma recomposição do domínio chavista no Parlamento. Destarte, a Venezuela se aproxima muito do modelo do Autoritarismo Competitivo (Levistky e Way, 2010). Durante a administração Trump, as relações bilaterais foram turbulentas, o que resultou na interrupção das relações diplomáticas,

especialmente após o polêmico reconhecimento do então presidente do Legislativo, Juan Guaidó, como governante em funções. Simultaneamente, fica evidente que a situação social e econômica venezuelana apresenta tendências muito preocupantes, explosivas e até pré-insurrecionais. Tome-se nota de que um embargo econômico e comercial dos Estados Unidos contra o governo da Venezuela ainda está em vigor. Daí que a produção petrolífera – outrora altamente significativa – tenha experimentado um declínio muito drástico.

Além disso, as relações de Caracas com potências extracontinentais, bem como com atores não-estatais violentos transnacionais, geram certa irritação e preocupação nos Estados Unidos. É bastante provável que a administração Biden se afaste da retórica militarista e belicosa em relação a Caracas. Mesmo assim, Washington continuará pressionando por uma saída política e democratizante para esse importante país latino-americano. Destarte, no marco de um amplo acordo de reconciliação nacional, uma renúncia de Maduro, ou uma sucessão presidencial antecipada em Caracas, poderiam ser alternativas a serem consideradas por todos os atores com vínculos e interesses nesta questão.

As relações bilaterais dos Estados Unidos com Chile, Equador, Peru, Paraguai, Uruguai e Argentina – além das Guianas – estão bem encaminhadas. As relações diplomáticas dos Estados Unidos com a

Bolívia de Luis Arce seguramente serão retomadas em breve, depois de alguns meses de tensões, em especial durante os governos de Evo Morales e de Donald Trump. Com efeito, para o novo presidente boliviano, a recomposição das relações bilaterais com a administração Biden é uma excelente possibilidade, sobretudo, em termos econômico-comerciais e de assistência para o desenvolvimento do país. Inversamente, um relacionamento respeitoso, pragmático e não intervencionista com a Bolívia de Luis Arce daria credibilidade e consistência ao discurso multilateralista e reformista dos novos detentores do poder na Casa Branca. Uma tendência semelhante de convergência entre governos moderados e pragmáticos poderia ser proposta para o futuro das relações entre os Estados Unidos e os ainda a serem eleitos governos no Peru [3] e no Chile; além do recém-eleito governo de Guillermo Lasso no Equador.

Outrossim, as relações bilaterais dos Estados Unidos com a Argentina de Alberto Fernández – um peronista de centro – parecem ser bastante consistentes e até paradigmáticas. Note-se que, no momento de escrever este artigo, o presidente Fernández é um dos principais interlocutores de Biden no contexto latino-americano; um relacionamento pessoal Biden-Fernández aprofundado com a intermediação do papa Francisco, isto é, do ex-cardeal argentino Jorge Mário Bergoglio.

As relações da administração Biden com o Brasil do presidente Jair Bolsonaro parecem ser, entretanto, como mencionado anteriormente, um tanto mais problemáticas, principalmente no campo da segurança ambiental e do respeito aos direitos humanos. É pertinente destacar que Bolsonaro foi eleito, em 2018, na esteira de um discurso ideológico bastante semelhante ao de Trump e de outros líderes políticos liberal-conservadores e mesmo de extrema direita. Ao longo de 2019 e 2020, houve uma importante convergência bilateral entre Washington e Brasília – especialmente em termos político-diplomáticos, ideológicos e de segurança. Daí que o presidente Bolsonaro chegasse a ser considerado como um virtual “Trump dos trópicos”.

As afinidades pessoais entre Bolsonaro e Trump, bem como a formulação e a implementação de algumas políticas ambientais, sociais, econômicas e externas do governo brasileiro, acabaram sendo questionadas por interlocutores da candidatura de Biden. Todavia, o governo de Bolsonaro, junto com alguns outros antigos aliados, clientes e simpatizantes do ex-presidente Trump – inclusive o surpreendente caso do presidente mexicano López Obrador –, não somente atrasou o reconhecimento do novo governo eleito dos Estados Unidos, como aderiu ao discurso trumpista de possível fraude eleitoral em favor da candidatura democrata. Destarte, é notório que a sucessão presidencial

nos Estados Unidos deixou em uma situação bastante precária algumas das premissas da política exterior do governo de Bolsonaro – situação que atingiu especialmente o então chanceler Ernesto Araújo, um diplomata fortemente influenciado pelo discurso ideológico de autores conservadores, liberais, populistas e até monarquistas. [4]

Evidentemente, o Brasil é um país extremamente relevante em termos de relações hemisféricas. Igualmente, não existe nenhuma hipótese de confronto, ou de divergência bilateral agravada entre a Casa Branca e o Palácio do Planalto. As relações econômicas, culturais, acadêmicas e militares continuarão sendo altamente apreciadas por ambos os governos e povos. Entretanto, a interlocução e a construção de consensos no campo da segurança ambiental – principalmente no que diz respeito ao desmatamento da floresta amazônica e à poluição (Arcanjo, 2021; Duchiede, 2021) –, bem como na defesa da qualidade democrática e da promoção dos direitos humanos e da cidadania, parecem ser assuntos que demandarão muito maior trabalho diplomático entre as partes (Andreoni e Londoño, 2021; Mendes, 2021). Outrossim, não mais parece possível afirmar a existência de um eixo político-ideológico-militar entre Brasília e Washington, como acontecia durante o período de Trump e Bolsonaro.

Nesse novo contexto, deverá ser descartada qualquer hipótese de tolerância de Washington diante de

eventuais ambições, ou veleidades armamentistas, do atual governo brasileiro – inclusive no campo da proliferação nuclear –, ou de agressão contra terceiros países do continente. Alguma resistência, ou mesmo oposição, de Washington a candidaturas brasileiras em foros multilaterais também é provável e plausível. Alternativamente, para sair do crescente isolamento em sua inserção internacional, uma guinada no governo brasileiro para posições políticas mais pragmáticas, moderadas e profissionais – especialmente em política externa – poderiam ser bem-recebidas em Washington e em outros países do continente e do mundo. Já no plano interno, corresponderá à comunidade internacional acompanhar uma recomposição da qualidade democrática brasileira, após muitos anos de turbulência política e social (Sanches, 2021).

Considerações Finais

A vitória eleitoral e a posse de Joseph Biden, em janeiro de 2021, têm sido recebidas com alívio, esperança e expectativa pelos povos e pela maioria dos governos latino-americanos e caribenhos. Mesmo sem pretender impulsionar uma deliberação excessivamente obsequiosa, ou inconsequente, não parece incorreto afirmar que o momento atual é propício para avançar na recomposição de uma agenda de trabalho hemisférica de orientação reformista, republicana – no sentido histórico-

político e filosófico do conceito –, pragmática e responsável. Cumpre acrescentar que o presidente Biden encarna a figura de um governante experiente, maduro, moderado, pragmático e que – além disso – conhece de forma bastante satisfatória as peculiaridades da política dos Estados Unidos para o continente, bem como as prioridades do conjunto das nações localizadas ao sul do rio Bravo (Castro, 2021).

Em consequência, Biden merece um voto de confiança de seus concidadãos e eleitores e, eventualmente, das sociedades e da maioria dos governos do sul do continente americano. Mesmo no contexto de uma pandemia que, no início de maio de 2021, já tinha provocado mais de um milhão e seiscentos mil vítimas fatais nas Américas – especialmente nos Estados Unidos, no Brasil e no México (Sampaio, 2021) –, infere-se do deliberado nos parágrafos anteriores deste ensaio de interpretação que existem, sim, condições, recursos, vontades e possibilidades para impulsionar uma renovação das relações hemisféricas, alicerçada em princípios, valores e interesses mutuamente vantajosos, construtivos e pragmáticos. Para além das qualidades pessoais do novo presidente e de seu entorno mais imediato de assessoramento, seguramente o Congresso, bem como as alas mais progressistas de seu partido, cuja militância acabou sendo fundamental na vitória democrata de

novembro de 2020, e que também são conhecedoras das reivindicações socioeconômicas e políticas das nações latino-americanas e caribenhas, poderão contribuir com uma renovação na política hemisférica da Casa Branca.

Em suma, o cenário prospectivo mais plausível para o devir das relações entre os Estados Unidos de Biden e o conjunto dos países da América Latina aproximar-se-ia de um otimismo cauteloso. Com efeito, o argumento aqui sustentado e deliberado sugere que existiria lastro empírico e conceitual, além de vontade político-diplomática, para avançar na formulação e na implementação de políticas hemisféricas mais equilibradas, propositivas e até solidárias – tudo isso em benefício de mais de um bilhão de habitantes deste continente e de seus 35 Estados.

Referências Bibliográficas

- ABDENUR, A. et al, 2020. Environmental Crime in the Amazon basin. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé.
- ACTIS, E.; MALACALZA, B. 2021. “Las políticas exteriores de América Latina en tiempos de autonomía líquida”. Nueva Sociedad, n. 291, p. 114-126.
- ANDREONI, M; LONDOÑO, E. 2021. “Bolsonaro’s Sudden Pledge to Protect the Amazon Met with Skepticism”. The New York Times, Nova York, 21.4.2021. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2021/04/21/world/americas/bolsonaro-climate-amazon.html>>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- ARCANJO, M. 2021. “An Assault on the Amazon: Climate Insecurity in Brazil”. Working Paper. Nova York: Climate Institute. Disponível em: <<http://climate.org/wp-content/uploads/2021/02/An-Assault-on-the.Amazon.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- ARDILA, M. 2021. “Las relaciones Colombia-EEUU en la era Biden”. Latinoamérica 21, Madri, 26.3.2021. Disponível em: <<https://latinoamerica21.com/es/las-relaciones-colombia-eeuu-en-la-era-biden/>>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- AYERBE, L. 2002. Estados Unidos e América Latina. São Paulo: Unesp.
- BIDEN, J. 2020. “Why America Must Lead Again: Rescuing U.S. Foreign Policy After Trump”. Foreign Affairs, v. 99, n. 2, March/April, p. 64-76.
- CASTRO, R. 2021. “When Tone Is Not Everything: Joe Biden and Latin America”. Working paper, Hamburgo: German Institute for Global and Area Studies. Disponível em: <<https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/71939>>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- CEPAL. 2019. United States-Latin America and the Caribbean Trade Developments 2019. Washington: Nações Unidas.
- DAHL, R. 2016. Sobre a democracia. Brasília: Edunb.
- DAVID, C. 2001. A guerra e a paz, Abordagens contemporâneas da segurança e da estratégia. Lisboa: Piaget.
- DUCHIADE, A. “EUA e Europa não vão pagar adiantado’, diz especialista sobre pedido de Bolsonaro de financiamento para combater desmate”. O Globo, Rio de Janeiro, 19.4.2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/ea-europa-nao-vaopagar-adiantado-diz-especialista-sobre-pedido-de-bolsonaro-de-financiamento-para-combater-desmate-24976708>>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- ESTENSSORO, F. 2021. “Los dolores de cabeza que Trump le hereda a Biden:

- la total derrota”. El Quinto Poder, Santiago de Chile, 23.2.2021, p. 1-8.
- FOA, R; MOUNK, Y. 2016. “The Danger of Deconsolidation”. Journal of Democracy, v. 27, n. 3, p. 5-17.
- GILPIN, R. 2002. A Economia Política das Relações Internacionais. Brasília: Edunb.
- GONZÁLEZ, G.; et al. 2021. “Coyuntura crítica, transición de poder y vaciamiento latinoamericano”. Nueva Sociedad, n. 291, p. 49-65.
- HUNTINGTON, S. 1997. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LATINOBARÓMETRO. 2018. Informe Latinobarómetro 2018. Buenos Aires: Corporación Latinobarómetro.
- LEVITSKY, S; ZIBLATT, D. 2018. Como as Democracias Morrem. Rio de Janeiro: Zahar.
- LEVITSKY, S; WAY, L. 2010. Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War. Cambridge: Cambridge University Press.
- LÜHRMANN, A; LINDBERG, S. 2019. “A third wave of autocratization is here: what is new about it?” Democratization, v. 26, n. 7, p. 1095-1113.
- MALACALZA, B. 2021. “Biden y la tesis de la paz democrática”. Latinoamérica 21, Madri, 16.4.2021. Disponível em: <<https://latinoamerica21.com/es/las-relaciones-colombia-eeuu-en-la-era-biden/>>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- MALAMUD, C.; NÚNEZ, R. 2020. “Biden y América Latina: cambios y continuidades. ARI 130/2020”. Working paper, Madrid: Real Instituto Elcano, 18.11.2020, p. 1-10.
- MARQUES, L. 2016. Capitalismo e colapso ambiental. Campinas: Editora da Unicamp.
- MENDES, C. “Bolsonaro invites Biden to deforest”. Folha de São Paulo, São Paulo, 20.4.2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/opinion/2021/04/bolsonaro-invites-biden-to-deforest.shtml>>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- MONIZ BANDEIRA, L. 2005. Formação do Império Americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- OSUNA, S. 2021. “Securing Manifest Destiny”. Journal of World-Systems Research, v. 27, n. 1, p. 12-34.
- ROJAS, R. 2021. “¿Amigos entrañables, vecinos distantes?” Nueva Sociedad,, n. 291, p. 182-191.
- SAMPAIO, L. 2021. “Mundo chega a 3 milhões de mortes por Covid com piora da pandemia na América do Sul”. G1, Rio de Janeiro, 17.4.2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/04/17/mundo-chega-a-3-milhoes-de-mortes-por-covid-com-piora-da-pandemia-na-america-do-sul.ghtml>>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- SANCHES, M. 2021. “Brasil é 4º país que mais se afastou da democracia em 2020, diz relatório”. BBC News Brasil, Londres, 12.4.2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56724695>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

SCHENONI, L.; MALAMUD, A. 2021. "Sobre la creciente irrelevancia de América Latina". Nueva Sociedad, n. 291, p. 66-79.

SCHOULTZ, L. 2000. Estados Unidos: poder e submissão. Bauru: Edusc.

SILVA, J. 2021. "Latin America: Capital and social desolation". Revista Katálysis, v. 24, n. 1, p. 20-32.

SVAMPA, M. 2021. "La pandemia desde América Latina". Nueva Sociedad, n. 291, p. 80-100.

TICKNER, A. 2000. Sistema Interamericano y Democracia. Bogotá: Uniandes.

TREVISAN, C. 2021. "The Risks to Latin America from the Breakdown of US-China Relations". Asian Perspective, v. 45, n. 1, p. 191-201.

TULCHIN, J; GOLDING, H. 2002. Environment and Security in the Amazon basin. Washington: WWICS.

V-DEM INSTITUTE. 2021. Autocratization Turns Viral/ Democracy Report 2021. Gotemburgo: University of Gothemburg.

Notas

- (1) BIDEN, J. “LIVE: Biden Formally Introduces National Security Team in Wilmington, Delaware”, Wilmington, 24.11.2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HJ2VBNGdZOE>>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- (2) ISACSON, A. “Lethal Flows: The U.S. Role in Arms Transfers and Trafficking to Latin America and the Caribbean”, Clark, 10.9.2020. Disponível em: <https://scholar.dickinson.edu/clarkeforum_lectures/346/>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- (3) Em 11 de abril de 2021, foi realizado o primeiro turno das eleições gerais peruanas. Pedro Castillo e Keiko Fujimori concorrerão pela Presidência da República, no segundo turno programado para 6 de junho.
- (4) Em 29 de março de 2021, Ernesto Araújo foi substituído no Ministério das Relações Exteriores pelo diplomata Carlos Alberto França.

Resumo

O artigo examina o devir das relações entre os Estados Unidos e o conjunto dos países da América Latina e Caribe, principalmente no contexto da posse da nova administração encabeçada pelo presidente Joseph Biden. Trata-se de um ensaio de interpretação que pondera e reflexiona sobre quatro grandes áreas temáticas: democracia e direitos humanos, segurança coletiva, relações econômicas internacionais e assuntos sociais e culturais. O argumento central do manuscrito sugere que o novo governo estadunidense e seus homólogos latino-americanos, mesmo em um contexto de graves dificuldades colocadas pela pandemia da covid-19, têm uma excelente oportunidade para construir confiança recíproca e para elevar o patamar das relações hemisféricas.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Brasil. Democracia. Estados Unidos. Governo Biden. Relações hemisféricas.

Abstract

The article examines the present and future of relations between the United States and all Latin American and Caribbean countries, especially in the context of the inauguration of the new administration headed by President Joseph Biden. This is an interpretation essay that ponders and reflects on four major thematic areas: democracy and human rights, collective security, international economic relations, and social and cultural issues. The main argument of the manuscript suggests that the new US government and its Latin American counterparts, even in a context of serious difficulties posed by the Covid-19 pandemic, have an excellent opportunity for building mutual trust and cooperation in hemispheric relations.

Key-words: Biden Administration. Brazil. Democracy. Latin America and the Caribbean. United States. Hemispheric Relations.